



MARCOS HISTÓRICOS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: o impacto do Educandário Agrícola Mato Grosso na formação de trabalhadores rurais (1943)

HISTORICAL MILESTONES IN PROFESSIONAL AND TECHNOLOGICAL EDUCATION: THE IMPACT OF EDUCANDÁRIO AGRÍCOLA MATO GROSSO ON RURAL WORKERS' TRAINING (1943)

ARTIGO

Washington Luiz Pimentel Alves¹

Instituto Federal de Mato Grosso - IFMT

E-mail: washingtonpimentel88@hotmail.com

Ronan Marcelo Martins

Instituto Federal de Mato Grosso - IFMT

E-mail: ronan.martins@ifmt.edu.br

RESUMO:

O presente trabalho oferece uma pesquisa bibliográfica realizada na área de Educação com foco para a história da educação profissional e tecnológica no Estado de Mato Grosso e direcionadas para o trabalhador rural. O objetivo é analisar o contexto da criação do Educandário Agrícola Mato Grosso, em um recorte histórico que remete ao ano de 1943, data da sua fundação, e a sua relação com a forma de trabalho simples e complexo desempenhados pelos trabalhadores rurais existentes na época. Consiste em consultar obras literárias e artigos científicos que versam sobre esta temática. Os teóricos desta pesquisa versam sobre os temas relacionados à história da educação profissional e tecnológica, ao trabalhador rural, à relação entre trabalho, educação e a formação para o trabalho simples. Os procedimentos metodológicos adotam a abordagem qualitativa e de caráter descritivo. Os resultados alcançados indicam que a instalação do Educandário Agrícola Mato Grosso em 1943 foi um grande marco para a formação técnica e profissional dos trabalhadores do meio rural no Estado de Mato Grosso, haja vista que, por muito tempo, a região mantinha técnicas convencionais, em sua grande maioria, norteadas para as culturas extrativistas e com uso de técnicas rudimentares.

Palavras-chaves: História, Política, Educação, trabalho.

ABSTRACT

This work presents a bibliographic research conducted in the field of education, focusing on the history of professional and technological education in the state of Mato Grosso, aimed at rural workers. The objective is to analyze the context of the creation of the Agricultural Educandário Mato Grosso, in a historical framework that dates back to 1943, the year of its foundation, and its relationship with the simple and complex forms of labor performed by rural workers at that time. It involves consulting literary works and scientific articles that discuss this theme. The theorists of this research address topics related to the history of professional and technological education, rural workers, and the relationship between work, education, and training for simple labor. The methodological procedures adopt a qualitative and descriptive approach. The results indicate that the establishment of the Agricultural Educandário Mato Grosso in 1943 was a significant milestone for the technical and professional training of rural workers in the state of Mato Grosso, considering that, for a long time, the region predominantly relied on conventional techniques, mostly focused on extractive crops and utilizing rudimentary methods.

keywords: History, Politics, Education, Work

Editor:

Dr. João Batista Lopes da Silva

Universidade do Estado de Mato Grosso

e-mail: revistaedu@unemat.br



1 INTRODUÇÃO

Este trabalho ressalta a importância de análises sobre como se deu a inserção da Educação Profissional e Tecnológica voltada para o trabalhador rural no Estado de Mato Grosso, que, em um recorte temporal, remete à criação do Educandário Agrícola de Mato Grosso em 1943. Além disso, destaca a relevância da formação para os trabalhos simples e complexos dos trabalhadores rurais do Estado, na perspectiva da divisão internacional do trabalho e do modo de produção capitalista vigente à época, apresentando o contexto político, social e econômico da classe trabalhadora rural.

De acordo com o pesquisador Marques (2016), o Educandário Agrícola Mato Grosso foi fundado no dia 14 de abril de 1943 pelo então presidente Getúlio Dornelles Vargas por meio do Decreto-Lei nº 5.409. (Marques, 2016, p. 47). Conforme o autor, o Educandário foi instituído como um “Aprendizado Agrícola” subordinado à Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário do Ministério da Agricultura cuja localização compreende o alto da Serra de São Vicente que na época pertencia à área rural do município de Santo Antônio de Leverger e atualmente integra a área rural do município de Cuiabá-MT (Marques, 2016).

Em sua obra intitulada “*O Aprendizado Agrícola de Mato Grosso: O empirismo e a tecnologia*”, Marques (2016) oferece uma contextualização sobre a história da educação profissional brasileira, destacando a importância do Educandário para os filhos dos trabalhadores rurais do Estado na ocasião de sua fundação.

Enfatiza o autor que o Educandário foi o responsável pela mudança de rumo da agricultura mato-grossense, “criado em pleno período do Estado Novo, este estabelecimento de ensino colaborou para impulsionar o ensino técnico nacional, tendo sido considerado modelar no final da década de 40 e início de 50” (Marques, 2016, p. 104). Essa importância, de acordo com o autor, se deu pelo fato de que muitos trabalhadores que viviam nesta região do estado ainda utilizavam técnicas de trabalho pouco modernas, isto é, atividades concentradas no extrativismo, fazendo uso uma forma de trabalho rudimentar e pouco valorizado.

Na obra “*O Mercado do Conhecimento e o Conhecimento para o Mercado: da formação para o trabalho complexo no Brasil contemporâneo*”; Neves e Pronko (2016) nos apresentam uma análise histórica e dialética sobre a formação para o trabalho simples e complexo no Brasil e o quanto a posição de dependência da sociedade brasileira ao capitalismo neoliberal influenciam diretamente as ações políticas, sociais e econômicas do Estado brasileiro relacionadas ao trabalho e à educação.

Essas análises contribuem para a elucidação de fatores determinantes na sociedade brasileira e mato-grossense quanto a questões relacionadas ao trabalho e às políticas educacionais, considerando uma industrialização tardia quando comparado aos demais países neste mesmo recorte temporal. Naquele tempo, a formação para o trabalho nas cidades brasileiras era limitada e atendia a uma pequena parcela da população. Por outro lado, o trabalho no campo era primário, rudimentar e muito árduo.

Diante do exposto e, analisando as obras bibliográficas e artigos disponíveis sobre o tema, o presente trabalho busca como objetivo geral analisar o contexto da criação do Educandário Agrícola Mato Grosso, em um recorte histórico que remete ao ano de 1943, data da sua fundação, e a sua relação com a forma de trabalho simples e complexo desempenhados pelos trabalhadores rurais existentes na época.

2 METODOLOGIA

A abordagem metodológica utilizada nesta pesquisa foi a qualitativa de caráter descritivo e bibliográfica, onde a coleta de dados consistiu em consultar obras bibliográficas e artigos científicos que se dedicaram a investigar a história da educação profissional e tecnológica no Estado de Mato Grosso com foco no trabalhador rural.

A busca em periódicos da CAPES e no Google Acadêmico foi realizada utilizando-se palavras-chave, tais como “Aprendizado Agrícola em Mato Grosso” e “Ensino Superior Agrícola”. Essas buscas possibilitaram a identificação de artigos que abordaram a temática do presente trabalho.

A metodologia adotada permitiu uma análise aprofundada da literatura existente

evidenciando o contexto histórico, bem como a relevância da implementação desta instituição de ensino para o desenvolvimento rural e na formação de trabalhadores no Estado de Mato Grosso.

3 UM OLHAR PARA O TRABALHO: O BRASIL NO INÍCIO DO SÉCULO XX

Para uma melhor compreensão dos processos que levaram à inserção do Educandário Agrícola Mato Grosso, atual IFMT Campus São Vicente a se instalar em Mato Grosso, faz-se necessário compreender a história da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil, bem como a conjuntura política, econômica e social da época. O recorte temporal ao qual recorreremos nesta pesquisa, corresponde ao período de fim de um ciclo governamental liderado pelas oligarquias regionais e o início do governo conhecido como Estado Novo. (Castro *et al.*, 2023, p. 521).

Nesse período, conforme Moreno (2005), iniciava-se no Brasil um redirecionamento da política com caráter nacionalista, alinhados “ao desenvolvimento industrial e à diversificação da agricultura” (Moreno, 2005, p. 35).

Durante muito tempo, a principal atividade econômica brasileira era a produção e extração de matéria-prima destinadas à exportação com a finalidade de abastecimento dos grandes centros urbanos internacionais (Higa, 2005), conforme a autora, estas atividades sustentaram a base da elite presente na sociedade brasileira, desde os tempos do Brasil Colônia até o início do século XX. Foi assim com a “Cana-de-açúcar nos séculos XVI e XVII, os metais e pedras preciosas, no século XVIII; e o café, nos séculos XIX e XX” (Higa, 2005, p. 19).

Na era colonial e nos períodos que compreenderam a primeira república, a execução das atividades laborais dependiam de poucas habilidades intelectuais, haja vista que o trabalho era meramente extrativista, requerendo pouca qualificação para a sua execução (Marques, 2023, p. 33).

Sobre essa forma de trabalho, Neves e Pronko (2008, p. 32) apresenta-nos que “até os anos iniciais do século XX, a formação para o trabalho simples era realizada, na maior parte dos casos, no próprio processo de trabalho, não exigindo uma preparação específica”. Na ótica do modo de produção capitalista, o trabalho simples era visto como uma atividade indiferenciada, sem dispêndio de valor e atendia ao mercado como modo de acumulação de riqueza (Neves; Pronko 2008).

A teoria do trabalho simples e do trabalho complexo, conforme Neves e Pronko (2008, p. 35), é um conceito fundamentado por Karl Marx, sendo o trabalho simples “embora presentes em qualquer tipo de sociedade, eles têm a sua natureza determinada historicamente”.

De acordo com as autoras mencionadas no parágrafo anterior, a aplicação do trabalho simples pode ocorrer em diversos tipos de sociedade e não requer grande especialização. Essa aplicação é moldada pelos interesses sociais e econômicos das sociedades envolvidas.

Assim, Neves e Pronko (2008) apresentam que:

do ponto de vista do capital, portanto, a formação para o trabalho simples, no capitalismo monopolista, destina-se ao aumento da produtividade do trabalho em funções indiferenciadas, progressivamente mais racionalizadas, na produção da vida predominantemente urbana e industrial e, concomitantemente, à formação de um novo homem coletivo adaptado às novas exigências das relações de exploração e dominação capitalista (Neves; Pronko 2008. p. 25).

Desta maneira, conforme as autoras, a forma como são estabelecidas a divisão do trabalho em determinadas sociedades, dependem da posição e alinhamento político que esta sociedade exerce no mercado internacional (Neves; Pronko 2008).

O início do século XX apresentou significativas mudanças na conjuntura política, econômica e social no Brasil. O colapso econômico internacional que ocorreu com queda da bolsa de valores dos EUA em 1929 provocou uma grande depressão econômica que se estendeu em todo o mundo e no Brasil o segmento de exportação das grandes indústrias cafeeiras foi o mais prejudicado, contribuindo para o enfraquecimento do prestígio da elite burguesa da época que, em sua maioria, era composta por grandes barões da indústria cafeeira destinadas à exportação (Moreno, 2005).

Conforme Neuvald (1996), a crise estabelecida nas oligarquias regionais no início do século XX desencadeou um novo reordenamento na elite social brasileira, impulsionada pelo desenvolvimento industrial, colaborando para a expansão da massa proletária urbana. Para a autora, havia na época uma pressão popular que exigia uma maior participação dessa nova elite social nas camadas superiores da política brasileira, além da necessidade de ampliação de empregos e do abastecimento do mercado interno (Neuvald, 1996, p. 76).

Outro marco histórico que provocou profundas mudanças na conjuntura política, social e econômica no Brasil foi a revolução de 1930 que marcou o fim da chamada república velha. A esse fato deve-se a ascensão ao poder por Getúlio Dornelles Vargas, o que desencadeou uma ruptura no modelo econômico voltado para a exportação de insumos agrícolas, centralizado na produção de café que durante muito tempo foi a principal cultura de exportação (Moreno, 2005, p. 34).

Conforme Castro et al. (2023, p. 524), “Os quinze anos consecutivos de governo Vargas representaram mudanças de fundo na estrutura da sociedade brasileira” com avanços significativos tanto na industrialização quanto na educação. Esses avanços foram caracterizados por “pesado investimento público, sendo induzido por meio de orientação estatal que capturou uma necessidade de produção industrial represada e que captou investimentos que anteriormente eram destinados apenas ao complexo cafeeiro” (Castro et al., 2023, p. 524).

A partir de 1930, os progressos na urbanização e industrialização do país provocaram fortes mudanças nas relações de trabalho, surgindo a necessidade de mais investimentos em qualificação e mão de obra cada vez mais especializadas para atender às novas demandas dos grandes centros urbanos.

Sobre o trabalho especializado, Neves e Pronko (2008, p. 22) o caracterizam como trabalho complexo, sendo esse “de natureza especializada, requerendo, por isso, maior dispêndio de tempo de formação daquele que irá realizá-lo.”

Considerando o contexto histórico apresentado, Neves e Pronko (2008) indicam que a economia brasileira ocupava uma posição de dependência na divisão internacional do trabalho, buscando seguir diretrizes econômicas internacionais operantes em cada época de sua história, destacando que muitas dessas mudanças que aconteceram no Brasil, foram influenciadas pelos mecanismos internacionais liderados pelos Estados Unidos, como por exemplo, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional. (Neves; Pronko 2008, p. 93).

Conforme as autoras, esses organismos internacionais exigiam dos países signatários uma maior especialização da força de trabalho, culminado na implementação de políticas que buscavam aprimorar a formação para o trabalho simples, ampliando gradualmente o patamar mínimo de escolarização exigido pela modernização capitalista e pelo processo de ocidentalização da sociedade brasileira (Neves; Pronko, 2008, p. 48).

Dessa forma, o trabalho simples já não era suficiente para atender às demandas do arranjo produtivo estabelecido. Isso resultou em maiores investimentos em políticas públicas educacionais e no aprimoramento da força de trabalho existente na economia brasileira. A transição para uma economia mais especializada e alinhada com as diretrizes internacionais exigiu uma reavaliação das estratégias educacionais e de formação profissional no Brasil (Neves; Pronko, 2008).

A análise das mudanças na formação do trabalhador brasileiro revela não apenas as pressões externas, mas também as estratégias internas adotadas para enfrentar os desafios e promover o crescimento econômico.

4 REFLEXÕES SOBRE A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO CAMPO E NA CIDADE

Ao refletirmos sobre a história da educação profissional no Brasil, percebemos que, durante muito tempo, essa oferta educacional esteve condicionada às políticas que atendiam aos interesses das classes dominantes da época. Foi assim durante o Brasil colônia e nas formas de governos que se sucederam.

De acordo com Castro *et al.* (2023), no período que o Brasil ainda estava sob a tutela da Coroa Portuguesa, os primeiros registros educacionais no Brasil ocorreram e coube aos padres jesuítas da Companhia de Jesus as primeiras ações educacionais, compreendendo a catequização dos indígenas e o ensino de ofícios a um seleto grupo com a intenção de “formação de quadros para a administração colonial” (Castro *et al.*, 2023, p. 519).

Segundo Castro *et al.* (2023, p. 519), "a intenção dos colonizadores, ao impor sua cultura aos nativos do Brasil, era estabelecer uma relação de dependência e dominação". Assim, foram instalados diversos colégios jesuítas em regiões onde se formavam os primeiros aglomerados urbanos da colônia. O autor também menciona que a mão de obra utilizada para a realização dos trabalhos manuais no período colonial baseava-se no trabalho escravo e não havia iniciativas formais e escolares que oferecessem educação profissional à população.

Conforme Castro *et al.* (2023, p. 521), além dos colégios jesuítas, dois fatos históricos foram significativos em relação à oferta educacional naquela época. Um deles foi a reforma pombalina que marcou a perda da influência da Companhia de Jesus e dos colégios jesuítas, sendo esses substituídos pelas escolas régias. Posteriormente, com a chegada da família real ao Brasil, questões culturais e educacionais passaram a preocupar a corte e seus séquitos. Diante dessas preocupações, foram criados os Colégios das Fábricas com o objetivo de garantir formação profissional e mão de obra qualificada para atender à família real instalada no Brasil (Castro *et al.*; 2023).

Nessa fase da história, pouco se falava sobre a necessidade de formação e escolarização dos trabalhadores rurais. Segundo Capdeville (1991), não era de interesse da corte brasileira nem da elite burguesa da época, a oferta de escolarização agrícola ou a criação de qualquer outra escola no campo, haja vista que a mão de obra utilizada para essas atividades era composta por trabalhadores escravizados. Como afirma o autor, "a atividade agrícola era, desse modo, considerada um ofício para o qual não se precisava de treinamento algum. Qualquer um poderia exercê-lo".

Por muito tempo, essa foi a principal característica das relações de trabalho na agricultura brasileira, porém essa situação começou a mudar com a abolição da escravidão e a chegada de imigrantes europeus (Capdeville, 1991, p. 230).

Destaca-se que a configuração política e econômica da sociedade brasileira no século XIX não priorizava a formação técnica agrícola das camadas mais populares, porque essa tarefa cabia aos escravos e ex-escravos. Todavia, conforme Capdeville (1991), em consonância com os ideais iluministas da época e com a inserção do Brasil no cenário comercial internacional, era interesse à corte estabelecer novos direcionamentos para a força de trabalho existente.

Dessa maneira, iniciou-se o processo de criação de instituições de ensino voltadas para a agricultura na educação superior. Conforme Capdeville:

Dom João e, posteriormente, aqueles que o imitaram conseguiram vencer a inércia da desmotivação e do desinteresse por este tipo de estudo. Quando, em 1859, foi proposta a fundação da Escola Superior Agrícola da Bahia, destinada à formação de agrônomos, engenheiros agrícolas, silvicultores e veterinários. (Capdeville, 1991, p. 230)

Diante disso, a mão de obra qualificada para o desenvolvimento da agricultura brasileira ficou sob a responsabilidade dos cursos de formação técnica de nível superior, justificando em 1859 a criação do Imperial Instituto Bahiano de Agricultura pelo Imperador Dom Pedro II, Capdeville, (1991, p. 236). Após a criação desse instituto, vários outros foram criados e com o mesmo propósito, entretanto as expansões ocorreram de forma desordenada, motivo pelo qual contribuiu para que muitas dessas escolas deixassem de existir (Capdeville, 1991).

De acordo com Castro *et al.* (2023), como política pública com abrangência nacional, os primeiros incentivos governamentais voltados para a formação técnica escolar direcionada às camadas mais humildes da população concretizaram-se durante o período republicano, sendo marcado pela grande influência das oligarquias regionais. Nesse contexto, de acordo com Castro *et al.* (2023), surgiram as Escolas de Aprendizes e Artífices por intermédio do Decreto nº 7.566 de 1909 assinado pelo presidente Nilo Procópio Peçanha.

Segundo o autor, "a intenção de criar essas escolas era formar operários e mão de obra, por meio do ensino prático-repetitivo e dos conhecimentos técnicos básicos necessários à execução de um ofício de forma mecânica", proporcionando condições de formação à população no "ensino profissional, primário e gratuito" (Castro *et al.*, 2023, p. 523).

De acordo com Pereira (2012, p. 05), a criação das Escolas de Aprendizes e Artífices (EAAs) representou uma mudança significativa na condução das políticas públicas educacionais brasileiras, destacando que "as EAAs são caracterizadas pela transição do ensino de ofícios à consolidação do ensino profissional técnico federal na sociedade brasileira".

Mesmo diante da importância que as Escolas de Aprendizes e Artífices representavam para a população, Castro *et al.* (2023) apresentam o caráter dualista do decreto que as institucionalizaram. Ressalta o autor que, embora tenham sido criadas para contribuir com a formação profissional das camadas mais populares e aos filhos dos trabalhadores, o Decreto apresentava um caráter assistencialista e reforçava a dualidade existente na sociedade brasileira, destinando o ensino técnico assistencialista aos filhos dos pobres enquanto o ensino superior era reservado para os filhos dos ricos (Castro *et al.*, 2023).

De acordo com Kunze (2006), foram construídas dezenove Escolas de Aprendizes Artífices no país, sendo uma delas em Mato Grosso. Conforme a autora, a vocação dessas instituições priorizava “as especificidades industriais” dos estados e a intenção do governo ao instituir as EAAs era atender a um público específico da população, caracterizado como “desdido da riqueza e que, por essa condição, estava sem horizontes, à margem da sociedade e desvinculado dos setores produtivos” (Kunze, 2006, p. 31).

Para a referida autora, na visão da elite social da época, essas pessoas representavam “um grupo urbano periférico obstaculizador do desenvolvimento do país e causador do medo” (Kunze, 2006, p. 31). Assim, mesmo diante da dualidade apresentada, “para a administração federal, a educação daquela gente era considerada um dos caminhos propícios para se promover o progresso do país” (Kunze, 2006, p. 31).

Com a industrialização do Brasil, essa configuração começa a mudar a partir de 1930, no período governado pelo então presidente Getúlio Dornelles Vargas, onde a educação profissional e tecnológica ganhou destaque no cenário educacional brasileiro, conforme Castro *et al.* (2023, p 527):

Foi a constituição outorgada de 1937 que inseriu o ensino técnico como instrumento estratégico para uma sociedade que se industrializava, avançava seu processo de urbanização e produzia uma sociedade urbano operária, cada vez mais combativa, no que tange às lutas por melhores condições de vida.

Durante o governo de Vargas, as Escolas de Aprendizes e Artífices foram transformadas em Liceus Profissionais, Os Liceus, conforme Castro *et al.* (2023), apresentavam uma proposta de formação técnica e profissional que atendia aos anseios sociais da nova realidade política e econômica brasileira, caracterizada por grandes avanços na oferta de serviços, crescimento da classe operária de trabalhadores nos grandes centros urbanos e o desenvolvimento industrial.

Uma questão a ser analisada refere-se às várias mudanças nas relações de trabalho nos grandes centros urbanos ocorridas no início da industrialização do país a partir de 1930. Enquanto as cidades passaram por transformações significativas, com a modernização das condições de trabalho e o surgimento de novos setores industriais, as áreas rurais, frequentemente, mantiveram práticas e condições de trabalho mais tradicionais e precárias.

Assim, a industrialização não apenas alterou a dinâmica urbana, mas também aprofundou as desigualdades entre o trabalho urbano e rural, evidenciando a necessidade de políticas específicas para melhorar as condições dos trabalhadores nas áreas menos desenvolvidas e, por isso, é importante considerar como ficaram as relações de trabalho dos trabalhadores rurais nas regiões mais afastadas dos centros urbanos.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1 A vocação agrícola no estado de Mato Grosso

O processo de ocupação do centro-oeste brasileiro, região a que pertence o Estado de Mato Grosso, está diretamente relacionado com os processos migratórios que ocorreram no Brasil, determinados por ciclos econômicos que impulsionaram a vinda de pessoas para essa região do território nacional desde o período colonial.

O primeiro pulso de migração em Mato Grosso ocorreu ainda no período colonial com a descoberta do ouro pela caravana do bandeirante paulista Pascoal Moreira Cabral Leme, às margens do rio Coxipó-Mirim, afluente do rio Cuiabá, local que ficou conhecido, em 1719, como Arraial da Forquilha (Felix, 2013, p. 29). Logo após esta descoberta, em 1722, mais

próximo ao Rio Cuiabá, um outro bandeirante paulista chamado Miguel Sutil de Oliveira encontrou ouro às margens do córrego da prainha, sendo essa a maior mancha individual de ouro encontrada em todo o Brasil (Felix, 2013, p. 31).

Passado o ciclo do ouro, novos arranjos populacionais foram se estabelecendo em Mato Grosso, novos povoados, vilas, cidades foram surgindo e, conseqüentemente, novos habitantes e processos econômicos foram acontecendo, incentivando novos fluxos migratórios para esta região (Higa, 2005).

Conforme Higa (2005), dentre os principais ciclos econômicos ocorridos que influenciaram estes fluxos migratórios estão, o do diamante, da pecuária e da extração de vegetais. A era do diamante teve início no século XIX e provocou uma intensa presença de exploradores deste mineral na região que hoje pertence ao município de Diamantino (Higa, 2005, p. 25).

Já a pecuária, conforme a autora, foi uma das principais atividades econômicas que se firmou na região do Pantanal mato-grossense com o fim da guerra do Paraguai em 1870, contribuindo para essa expansão, Marques (2016) destaca a ampliação da “estrada de ferro Noroeste do Brasil” em 1909 e a realização do “primeiro levantamento circunstanciado” do rebanho de Mato Grosso, sendo precursor da expansão do rebanho bovino no Estado o qual, já em 1920, se tornaria um dos principais produtores de gado do país (Marques, 2016, p.27).

A autora Higa (2005), destaca que, além da pecuária e da exploração de recursos minerais, Mato Grosso, já no final do século XIX e início do século XX, apresentava novos arranjos produtivos voltados para a exploração de recursos vegetais. São exemplos dessas atividades a exploração da borracha, oriundas do látex das árvores seringueiras e mangabeiras nativas do cerrado mato-grossense e mais ao sul do Estado, área que hoje corresponde ao Estado de Mato Grosso do Sul, intensificou-se a exploração da poaia e erva mate (Higa, 2005, p. 25).

Os ciclos econômicos ocorridos no Estado contribuíram para a expansão populacional e interiorização das pessoas que migraram a esta região, compondo áreas mais afastadas dos grandes centros urbanos, estabelecendo dinâmicas produtivas direcionadas ao setor agrário e a atividades extrativistas, porém essa interiorização resultou em grandes dificuldades aos trabalhadores rurais e de regiões mais afastadas, devido ao “declínio da produção e retração da população, em algumas áreas” (Higa, 2005, p. 25).

A inserção do Educandário Agrícola Mato Grosso nesta região do Estado atendeu aos anseios dos governantes locais, com a intenção de atender a população e os trabalhadores rurais desta região que careciam de maior investimento no campo (Marques, 2016).

O pesquisador Marques (2016, p 37) apresenta a preocupação dos governantes mato-grossenses na época quanto à situação dos trabalhadores rurais no Estado. Em 1912, a inquietação do então Presidente do Estado, Doutor Joaquim Augusto da Costa Marques, levou uma mensagem ao Congresso Nacional que enfatizava a necessidade de instalar no Estado um “Aprendizado Agrícola e de um Campo de Demonstração”. O interesse do governante na implantação desses estabelecimentos, conforme Marques (2016, p. 37) “era o abandono em que se encontravam as terras mato-grossenses”. Na visão do governante, diante do quadro dos trabalhadores que apresentavam problemas financeiros e pobreza, a alternativa possível para amenizar esse quadro seria a implantação do ensino agrícola para a região.

As adversidades enfrentadas pelos trabalhadores rurais nesse período da história brasileira também são relatadas por Koller e Sobral (2010, p. 221), que afirmam: “a produção agropecuária, naquele momento da história, não demandava a formação de técnicos de nível médio, não obstante a necessidade de maior demanda por alimentos básicos para a população nas cidades”. Ao analisar a formação técnica do trabalhador rural, os autores observam que “a formação técnica urbana foi requerida juntamente com a industrialização no Brasil enquanto a agropecuária só começou a ganhar relevância a partir das décadas de 1950 e 1960” (Koller; Sobral, 2010, p. 221).

Nessa perspectiva, os trabalhadores dos setores econômicos relacionados à agricultura brasileira não receberam o mesmo nível de apoio durante o processo de industrialização dos setores produtivos das grandes cidades.

5.2 O Educandário Agrícola Mato Grosso

Este capítulo apresenta a importância que o Educandário Agrícola Mato Grosso representou para a população e aos trabalhadores deste estado no período de sua fundação que ocorreu em 1943.

Marques (2016, p. 33) esclarece que, desde o período colonial até o início do Século XX, o ensino agrícola foi pouco valorizado pelos governantes que se sucederam, haja vista que não se consolidou a criação de escolas agrícolas para atendimento das classes mais populares como ocorreu com as Escolas de Aprendizes e Artífices durante a primeira república. Até então, o foco era atender as demandas urbanas e industriais ainda incipientes no Brasil. (Marques, 2016, p. 33).

Conforme Capdeville (1991), a oferta do ensino agrícola por muito tempo ficou restrita aos filhos das famílias mais abastadas que compunham a elite oligárquica brasileira que somente frequentavam as escolas de formação superior.

O autor Marques (2016) destaca-nos que muitos representantes políticos do Estado de Mato Grosso demonstravam preocupações quanto à falta de investimentos na formação dos trabalhadores em decorrência do fato de que o Estado já se apresentava como um potencial representante no segmento agropecuário do país.

Para esses políticos, a instalação de um Educandário Agrícola que atendesse a formação técnica dos trabalhadores agrícolas no Estado, contribuiria para o desenvolvimento local, bem como para os setores produtivos da região, aos quais, careciam de uma mão de obra especializada para o trabalho no campo, algo, que até então, não era visto como prioridade nas políticas públicas governamentais Marques (2016).

Neste sentido, conforme Marques (2017, p. 11), o apoio desses governantes foi fundamental no processo de criação do Educandário Agrícola. Destaca-se a doação de terras devolutas do Estado de Mato Grosso, intermediadas pelo interventor federal Júlio Strubing Müller ao Governo Federal, sendo esta uma das principais exigências apresentadas pelo governo federal para a instalação de um Educandário Agrícola em Mato Grosso.

É nesse contexto, conforme Marques (2016), considerando a conjuntura política e social do país e aos anseios dos representantes políticos do Estado, é criado, em 1943, no alto da serra de São Vicente, o Educandário Agrícola Mato Grosso, atualmente IFMT/Campus São Vicente. Afirma o autor que a construção deste estabelecimento de ensino foi considerada por muitos como um grande marco para a inserção de novas tecnologias e qualificação da força de trabalho dos habitantes da região (Marques, 2016).

De acordo com Marques (2016, p. 104), foi “criado em pleno período do Estado Novo, esse estabelecimento de ensino colaborou para impulsionar o ensino técnico nacional, tendo sido considerado modelar no final da década de 40 e início de 50”. Essa importância, conforme o autor, se deu, porque muitos trabalhadores que viviam nesta região do estado ainda utilizavam técnicas de trabalho pouco modernas, com foco para as atividades extrativistas, seguindo uma forma de trabalho rudimentar e pouco valorizada.

Reforça o fato de que o Educandário Agrícola Mato Grosso ter sido criado pelo Presidente Getúlio Vargas em 1943 por meio do “Decreto-Lei nº 5.409” (Marques, 2016, p. 47). Todavia, só entrou em funcionamento dois anos depois, passando a se chamar Aprendizado Agrícola Gustavo Dutra (Marques, 2016).

De acordo com Marques (2016), o funcionamento e estrutura do Educandário foi planejado para funcionar em regime de internato, sendo as primeiras turmas compostas por filhos de trabalhadores de diversas regiões do Estado vindas de cidades, tais como Cuiabá, Poxoréo, Alto Araguaia, Santo Antônio do Rio Abaixo, entre tantas outras que mantinham a sua base econômica em grande parte vocacionadas para atividades rurais e extrativistas como, por exemplo, garimpo, pecuária e de ofícios como “motoristas, pescadores, boiadeiros, dentre outros” Marques (2016).

Ao pesquisar os registros governamentais da época, Marques (2016) afirma que o Educandário aproveitou a oportunidade para ofertar todos os cursos possíveis que a legislação permitia. Nessas circunstâncias, foram abertos os cursos de Ensino Agrícola Básico, Ensino Rural e Adaptação.

Para o autor, interiorizar o “sistema educacional regional” como ocorreu com a instalação dessa instituição de ensino em Mato Grosso, favoreceu a “clientela escolar”, proporcionando oportunidades às comunidades regionais de cursarem o ensino agrícola. Destaca o autor que:

[...] embora o discurso oficial induz a pensar que o Aprendizado era uma instituição voltada para a formação de técnicos para atuar no setor agropecuário, quando ele, na verdade, oferecia apenas noções incipientes na área agropecuária, pois se propunha a formar apenas o trabalhador e o capataz rural (Marques, 2016, p. 104)

O autor argumenta que, apesar da qualificação estar, inicialmente, voltada apenas para trabalhos básicos no campo, o aprendizado visava, entre outros objetivos, oferecer ao Governo Federal uma oportunidade para revitalizar a vocação natural de Mato Grosso por intermédio da capacitação técnica da mão de obra rural. Além disso, a presença dessa instituição de ensino no interior do Estado, oportunizou o preparo técnico para assumir os desafios existentes no contexto rural e agrícola do Estado de Mato Grosso.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A criação do Educandário Agrícola Mato Grosso em 1943 foi um grande marco para a formação técnica e profissional dos trabalhadores do meio rural no Estado de Mato Grosso uma vez que, por muito tempo, a região mantinha técnicas convencionais de produção, em sua grande maioria, norteadas para a pecuária e culturas extrativistas, ambas praticadas com técnicas precárias e de baixa remuneração.

Devido às dificuldades enfrentadas no campo, muitos desses trabalhadores partiam para os centros urbanos em busca de melhores condições de vida. A presença do Educandário Agrícola possibilitou que os filhos desses trabalhadores tivessem novas expectativas de vida com o ensino agrícola ofertado pela instituição.

A incorporação de novas técnicas de trabalho, alinhadas à modernização da agricultura brasileira, contribuíram para o fortalecimento da vocação agrícola do Estado. Com o passar do tempo, o Estado se consolidou como um dos maiores produtores de commodities do Brasil e do mundo.

Agradecimentos:

Este trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação do curso de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso - Campus Cuiabá Cel. Octayde Jorge da Silva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAPDEVILLE, Guy. O ensino superior agrícola no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 72, n. 172, p. 229-261, set/dez. 1991. Disponível em: <https://emaberto.inep.gov.br/ojs3/index.php/rbep/article/view/1064>. Acesso em 12 set. 2024

CASTRO, Cloves Alexandre; PLÁCIDO, Reginaldo Leandro; MEDEIROS, Ivonete Telles. Educação Tecnológica no Brasil: A Geopolítica e a Geografia Política do processo histórico. **Metodologias e Aprendizado**, [S. l.], v. 6, p. 516–533, 2023. DOI: 10.21166/metapre.v6i.3983. Disponível em: <https://publicacoes.ifc.edu.br/index.php/metapre/article/view/3983>. Acesso em: 16 out. 2024.

FELIX, Pedro Carlos Nogueira. **História de Mato Grosso**. 3. Ed. Cuiabá: Defanti Editora. 2013. p. 200.

KOLLER, Claudio; SOBRAL, Francisco Montório. A construção da identidade das escolas agrotécnicas federais - a trajetória da COAGRI ao CONEAF. In: MOLL, Jaqueline (org.). **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2010. p. 226.

KUNZE, Nádia Cuiabano. **A Escola de Aprendizes Artífices de Mato Grosso (1909-1941)**. Cuiabá: CEFETMT, 2006. p. 199.

MARQUES, Abimael Antunes. **O Aprendizado Agrícola de Mato Grosso: o empirismo e a tecnologia**. Novas Edições Acadêmicas. p. 2016. 116.

MARQUES, Abimael Antunes; FILHO, Geraldo Inácio. Um Marco Para A História Educacional Mato-Grossense: A Criação do Aprendizado Agrícola Gustavo Dutra. **Itinerarius Reflectionis**, Goiânia, v. 13, n. 1, p. 1–19, 2017. DOI: 10.5216/rir.v13i1.38926. Disponível em: <https://revistasufj.emnuvens.com.br/rir/article/view/38926>. Acesso em: 17 out. 2024.

MORENO, Gislaene. Políticas e Estratégias de Ocupação. *In*: MORENO, Gislaene; HIGA, Tereza Cristina Souza (org.). **Geografia de Mato Grosso: território, sociedade, ambiente**. Cuiabá: Entrelinhas, 2005. p. 34-51.

HIGA, Tereza Cristina Souza. Processo de ocupação e formação territorial. *In*: MORENO, Gislaene; HIGA, Tereza Cristina Souza (org.). **Geografia de Mato Grosso: território, sociedade, ambiente**. Cuiabá: Entrelinhas, 2005. p. 18-33.

NEUVALD, Luciane. O ensino agrícola no período populista - 1943/1964: o Aprendizado Agrícola de Mato Grosso (atual Escola Agrotécnica Federal de São Vicente - Cuiabá). **Revista de Educação Pública**, [S. l.], v. 5, n. 8, p. 71–90, 2012. DOI: 10.29286/rep.v5i8.348. Disponível em: <https://www.periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/348>. Acesso em: 15 out. 2024.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley, PRONKO, Marcela Alejandra. **O mercado do conhecimento e o conhecimento para o mercado: da formação para o trabalho complexo no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: EPSJV, 2008. p. 204.

PEREIRA, Bernadeth Maria. A Educação Escolarizada Para o Trabalho no Início do Século XX: As Escolas de Aprendizes Artífices. *In*: Encontro Regional (anpuh-mg) Dimensões do Poder na História, v., 28, 2012, Mariana. **Anais eletrônicos**. Ouro Preto: EDUFOP, p. 1-11. 2013. Disponível em: <http://www.encontro2012.mg.anpuh.org/site/anaiscomplementares>. Acesso em: 4 set. 2024.

ⁱ Sobre os autores:

Washington Luiz Pimentel Alves (<https://orcid.org/0009-0005-7740-2416>)

Mestrando no Programa de Pós Graduação em Educação Profissional e Tecnológica Profepet (2024). Possui especialização em Gestão Pública pela Faculdade Focus (2022), Licenciatura em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso (2018) e graduação em Administração pela Faculdade de Cuiabá (2010). Atualmente é auxiliar em administração do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Ronan Marcelo Martins (<https://orcid.org/0000-0002-1089-3856>)

Possui graduação em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal de Uberlândia, mestrado em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal de Uberlândia e doutorado em Engenharia Elétrica pela Universidade na área de Engenharia Elétrica, com ênfase em Instalações Elétricas e Industriais com aplicação de técnicas de inteligência artificial. Atualmente, é Professor Titular do IFMT (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia) de Mato Grosso/Campus Cuiabá/Cel. Octayde Jorge da Silva. Nos últimos anos, tem atuado na área da Robótica e como professor do Mestrado ProfEPT

Como citar este artigo:

ALVES, Washington Luiz Pimentel; MARTINS, Ronan Marcelo. Marcos históricos na educação profissional e tecnológica: o impacto do Educandário Agrícola Mato Grosso na formação de trabalhadores rurais (1943). **Revista Educação Cultura e Sociedade**. vol. 14, n. 2, p. 54-64, 30ª Edição (Especial), 2024. <https://periodicos.unemat.br/index.php/recs> .

Revista Educação, Cultura e Sociedade é uma publicação da Universidade do Estado de Mato Grosso, Brasil, iniciada em 2011 e avaliada pela CAPES.

Indexadores: DOAJ – REDIB – LATINDEX – LATINREV – DIADORIM – SUMARIOS.ORG – PERIÓDICOS CAPES – GOOGLE SCHOLAR